

## A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português\*\*

### INTRODUÇÃO

Enquanto escrevia este artigo, os conflitos ligados ao nacionalismo multiplicavam-se em vários continentes. Sobressai, na actualidade, um deles, o conflito israelo-palestino. Não só pelo que diz respeito aos actores em confronto directo, mas porque o mesmo envolve directamente os EUA, constituindo um estímulo à hostilidade antiamericana muito difundida no seio das populações islâmicas. A tradução mais dramática desta foi o atentado de 11 de Setembro, o qual, por sua vez, levou a um intensificar do nacionalismo norte-americano. Mas o nacionalismo não está activo apenas nas suas dimensões mais horrendas e visíveis. Também se manifesta nas mais invisíveis e impregnadas no quotidiano: as que conferem e inculcam uma determinada identidade ao nascido num ou noutro local, que é parte da sua identidade pessoal. Permanece vivo, após dois séculos em que teve um papel determinante: basta lembrar as duas guerras mundiais do século que findou, a descolonização e o desmembramento da União Soviética.

As manifestações espectaculares na actualidade de movimentos nacionalistas em todos os continentes — pois são essas, e não a identidade nacional inscrita na naturalidade e na cidadania, o que atrai as atenções — têm sido interpretadas de modo distinto. Enquanto há quem veja (Hechter, 2000, p. 3),

---

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

\*\* Este artigo retoma e amplia o tratamento de problemáticas já abordadas pelo autor em estudo anterior (v. Sobral, 1996).

por exemplo, no desenvolvimento actual das comunicações digitais a possibilidade de reunir recursos e fortalecer a acção colectiva, levando ao incremento do nacionalismo, outros, como Hobsbawm (1994, pp. 181-192), pensam que virá a suceder o contrário. O impacto do que designamos por globalização, em particular no que se refere ao enfraquecimento das «economias nacionais» e do Estado soberano face ao fortalecimento de entidades económicas e políticas transnacionais, assinalaria a chegada do seu crepúsculo — não obstante a sua importância no presente — num mundo em grande medida supranacional e infranacional. Todavia, este crepúsculo é negado por um teórico da globalização, Manuel Castells, para quem as nações e o nacionalismo permanecem como uma fonte de sentido para a vida social na «era da informação» (Castells, 1997, pp. 51-52), ou por quem vê precisamente no advento de uma sociedade mais globalizada e no enfraquecimento da soberania do Estado um aumento das possibilidades de desenvolvimento de aspirações nacionais — em Estados multinacionais — que ganhariam em visibilidade e teriam mais facilidade em se exprimirem (Guibernau, 2001). Sejam quais forem, porém, as especulações a este respeito, a importância política e social das questões relativas aos sentimentos e movimentos nacionais é indiscutível.

A relevância do tema levou ao desenvolvimento de um amplo *corpus* de pesquisa, em particular desde o período posterior à guerra de 1914-1918 e a ascensão de nacionalismos autoritários. A bibliografia conheceu um grande incremento nas três últimas décadas, coincidindo, em boa medida, com a descolonização e as alterações políticas subsequentes na Europa, na África e na Ásia e, finalmente, com a dissolução da URSS e suas implicações. Não se pode, no trabalho presente, dar sequer uma imagem ténue da diversidade das interpretações da problemática nacional. Por isso, limito-me a colocar em confronto dois tipos de escritos sobre o nacionalismo e o fenómeno nacional: teorias gerais, por um lado, análises de um caso específico, por outro. Procederei de modo necessariamente selectivo, conquanto não arbitrário. As teorias — ou interpretações de alcance mais geral — de que aqui falo são, se não a totalidade das mais influentes, pelo menos das mais influentes entre os estudiosos destes temas. Restringi a sua exposição, por condicionantes óbvias de espaço, a formulações recentes. Quanto ao caso de que trato — a problemática da formação das nações, o nacionalismo e a «identidade nacional» no contexto português —, é certamente dos menos estudados, por razões que se prendem com o desconhecimento da língua por parte de especialistas estrangeiros e com a pouca atracção pelo tema entre os investigadores das ciências sociais em Portugal.

Ao colocar em confronto interpretações genéricas e o «caso» português, não se pretende fazer deste exercício um teste sobre a validade em termos absolutos das teorias evocadas. Os propósitos são mais modestos. Sou céptico quanto à possibilidade de elaboração de uma teoria global neste campo (Worsley, 1997, p. 273), partilhando a opinião dos que pensam ser este o

momento de procurar explicações empíricas mais detalhadas (Llobera, 1994, p. 213). Por outro lado, não haveria aqui espaço para uma abordagem crítica minimamente aprofundada das diversas teorias e abordagens, o que me leva a confinar-me, a este respeito, a alguma observação pontual<sup>1</sup>. Contudo, mesmo com todas estas limitações, pretendem-se extrair desta operação conclusões quanto à maior ou menor pertinência de um determinado tipo de interpretações em função da análise do caso português.

Quero sublinhar, por fim, que os estudos aqui referidos dizem respeito ao contexto europeu — e mais particularmente à Europa ocidental —, tido pelo lugar de emergência do nacionalismo moderno (Anderson, 1983). As razões são de ordem comparativa: a sociedade e o Estado portugueses são parte desse contexto. Por isso não serão considerados casos referentes às nações e ao nacionalismo noutras lugares, muito embora algumas das teorias evocadas se apresentem como portadoras de explicações de carácter mais abrangente.

## INTERPRETAÇÕES — UM PARADIGMA MODERNISTA

### ERNEST GELLNER E O INDUSTRIALISMO

Uma das divisões determinantes — provavelmente a divisão determinante (McCrone, 1998, p. 16; Hutchinson, 2001, p. 74) — entre os estudiosos do nacionalismo e da nação é aquela que separa os que vêm nos mesmos um produto recente vinculado às transformações do Estado moderno, dos sistemas culturais e da economia, seja qual for a relevância conferida a estes factores e às suas inter-relações, e os que sublinham a importância de elementos pré-modernos — políticos, de carácter étnico-cultural, etc. — como antecedentes dos fenómenos modernos<sup>2</sup>.

No âmbito do chamado «paradigma modernista», a teoria proposta por Ernest Gellner é, porventura, a que goza nos nossos dias de uma maior influência. Na sua obra de referência sobre o tema, *Nations and Nationalism* (1983), Ernest Gellner vê o *nacionalismo* como «[...] um princípio político que defende a congruência das unidades política e nacional» (Gellner, 1983, p. 1). Esta congruência só se opera a partir de um determinado momento — os Estados desenvolvem-se antes das nações.

A abordagem de Gellner da génese das nações e do nacionalismo assenta no contraste estabelecido entre as sociedades agro-letradas e industriais e no modo

---

<sup>1</sup> Procurámos fazer uma síntese de algumas delas em artigo anterior (v. Sobral, 1996). O leitor pode dispor de sínteses recentes, com pontos de vista divergentes, em Smith (1998, 2000), que defende a importância da articulação étnico-nacional, e Özkirimli (2000), partidário de uma perspectiva modernista.

<sup>2</sup> Para uma visão mais pormenorizada do debate, que contempla uma sistematização em quatro paradigmas, e distinta desta, v. Smith (2000), p. 3.

como concebe o impacto geral da industrialização. As sociedades agro-letradas caracterizam-se pela extrema distância e separação entre os colectivos sociais que as compõem. Na sua base encontram-se comunidades dispersas de produtores agrícolas, com fraquíssima mobilidade social, em que os quadros da reprodução social são os da família e da ocupação. No topo encontram-se as elites militares e burocráticas e, por vezes, as comerciais, muito minoritárias. Estas sociedades encontram-se organizadas em Estados, mas estes não constituem nações. São formados por núcleos de produtores segregados uns dos outros, com línguas e culturas distintas entre si e separados culturalmente da minoria letrada.

Deve-se, entretanto, assinalar que Gellner, embora confira a denominações como «agro-letradas» ou «industriais» o estatuto de «tipos ideais» (id., *ibid.*, p. 37), acaba, ao procurar dar exemplos, por submeter processos históricos complexos a dicotomias simplificadoras, operando, por exemplo, como se não houvesse diferenças entre as sociedades europeias do século XIII ou do XVIII, ou mesmo de começos de Oitocentos, agregadas sob a designação de agro-letradas. Como veremos, e para a matéria que nos interessa, as diferenças são relevantes, pois são períodos de extrema importância no processo de génese das nações e do nacionalismo.

Com o industrialismo terão lugar mudanças radicais<sup>3</sup>. Este implica uma forte mobilidade social e uma acentuada especialização na divisão do trabalho. A aquisição de saberes padronizados suscitada pela industrialização conduz à criação de um sistema escolar de massas que terá um papel central na génese de uma cultura comum. Em resumo, com o industrialismo ocorreu uma maior homogeneização social e a elaboração de uma cultura comum, ao contrário da sociedade agrária. O industrialismo, porém, não conduziu ao internacionalismo. Para isso foi crucial o facto de ele não ter ocorrido ao mesmo tempo em toda a parte. As dinâmicas de homogeneização e diferenciação, ligadas à natureza conflituosa do próprio desenvolvimento da sociedade industrial, levam a desigualdades e discriminações, as quais, associadas à língua, à cultura, à cor da pele, podem conduzir à reivindicação nacionalista e à formação de nações (id., *ibid.*, pp. 73-75). Com o *industrialismo* surge o *Estado-nação*, «[...] esta nova e definitiva unidade política» que «[...] adquire uma importância inteiramente nova e considerável, estando ligada (como raramente ocorreu no passado) tanto ao Estado como à barreira cultural. A nação é agora

---

<sup>3</sup> A utilização deste conceito serve para o autor referenciar a importância da organização burocrática e racionalizada ligada à industrialização. A expressão *industrialismo* já havia sido utilizada pelo grande historiador do nacionalismo Hans Kohn. Este defendera a emergência simultânea da democracia, do nacionalismo e do industrialismo, bem como o papel integrador do conceito de *patriotismo* — em conjunto com os de *liberdade* e de *humanidade* —, numa sociedade europeia submetida a processos rápidos de industrialização e urbanização. A dívida de Gellner para com a obra de Kohn é enorme. Mas Kohn aceitava claramente a existência de sentimentos de nacionalidade antes da emergência do nacionalismo (cf. Hans Kohn, 1945, pp. 455 e segs.).

supremamente importante graças à erosão de subgrupos [de parentesco, locais ou grupos privilegiados fechados, por exemplo] e à importância de uma cultura partilhada dependente da escrita» (id., *ibid.*, p. 63)<sup>4</sup>.

Não obstante referir como dado relevante o facto de o nacionalismo se apoiar em realidades políticas e culturais anteriores à industrialização, cujo papel é fundamental quer no que se refere à homogeneização interna, quer como elementos de diferenciação face ao exterior, Gellner insiste no carácter moderno da nação e do nacionalismo (Gellner, 1998, p. 13). Em *Nations and Nationalism* afirmava peremptoriamente ser o nacionalismo que engendrava as nações — usando de modo selectivo materiais já existentes e frequentemente inventando —, e não o contrário (Gellner, 1983, pp. 55-56). Contudo, já então admitia haver excepções à sua teoria, referindo a existência no período medieval, na «margem atlântica» da Europa, de Estados dinásticos que correspondiam *grosso modo*, «por acidente», a uma língua e a uma cultura (id., *ibid.*, pp. 39-40). Na sua obra póstuma, *Nationalism* (1998), as excepções crescem e são indicadas com maior precisão, de um modo que poderá ser interpretado como questionando a sua própria teorização. Não só haveria articulação entre Estado e zonas linguístico-culturais na Europa ocidental antes dos impactos da teoria nacionalista e da industrialização (Gellner, 1998, p. 51), como haveria «culturas nacionais» no Centro da Europa, uma «alta [por ser da elite] cultura nacional» entre os polacos (id., *ibid.*, pp. 52-54), e os Balcãs já eram palco de intensos conflitos nacionalistas antes do advento da indústria (id., *ibid.*, pp. 41-43).

A propósito da questão da maior ou menor antiguidade de factores nacionais, escreve então: «Em meu entender, algumas nações possuem núcleos antigos genuínos, outras tiveram-nos inventados pela sua própria propaganda e algumas são inteiramente destituídas dos mesmos. Acredito que a categoria do meio é de longe a maior, mas estou aberto a uma correcção que derive de pesquisa genuína» (id., *ibid.*, p. 96).

#### ERIC HOBSBAWM: MODERNIDADE DAS NAÇÕES E PRONACIONALISMO

A perspectiva de Eric Hobsbawm converge em grande medida com a de Gellner, pois também ele vê a nação como uma realidade recente, que existe como «entidade social» apenas por estar relacionada com um certo tipo de Estado territorial moderno, o Estado-nação. Aliás, só faria sentido discutir a nação e o nacionalismo na medida em que ambos os fenómenos se relaciona-

---

<sup>4</sup> A abordagem de Gellner é, neste aspecto, francamente devedora da interpretação de Karl Deutsch, que insiste na importância da comunicação para a coesão nacional — a nação é uma comunidade de comunicação —, ligando a sua intensificação a processos de desenvolvimento económico, de urbanização e de escolarização (cf. Karl W. Deutsch, 1966).

riam com o Estado-nação. Para ele «[...] As nações não fazem Estados e nacionalismos, o contrário é que é verdadeiro» (Hobsbawm, 1994, pp. 9-10).

As nações surgem num determinado momento do desenvolvimento económico e tecnológico (id., *ibid.*, p. 10) — também aqui há uma forte convergência com Gellner — e também de transformação social e política, assinalada pelas revoluções do século XVIII — francesa, americana — e pelas que se lhes seguiram nos começos do século XIX (id., *ibid.*, pp. 18-19).

Porém, Hobsbawm pretende conferir importância aos meios populares objecto da propaganda nacionalista, pois para ele as ideologias oficiais não constituem os veículos apropriados para compreender as atitudes e comportamentos das massas. Deste modo, vai chamar a atenção para o complexo de manifestações que designa como *protonacionalismo popular* (id., *ibid.*, p. 77). Por tal denota, por exemplo, os sentimentos de ligação a um determinado território simbolicamente significativo, como os dos cossacos do século XVII em relação à «Santa Rússia». Esta era definida simultaneamente em termos de fé — o centro da cristandade ortodoxa —, da existência de autocracia (o czar), de Estado (id., *ibid.*, p. 77). O historiador britânico destaca do conjunto dos elementos do protonacionalismo a língua, a etnicidade e a religião. Para Hobsbawm é indubitável existir uma determinada identificação entre língua ou dialectos e determinadas populações. Pensa ser a etnicidade um factor relevante em populações como os bascos, os somalis e os judeus, os quais chega mesmo a designar como protonações. Também considera que a religião possa ser um elemento do protonacionalismo, como nos casos do catolicismo polaco ou irlandês ou da ortodoxia russa. Afirma ainda que o critério mais relevante em termos de protonacionalidade será a consciência de se pertencer ou ter pertencido a uma entidade política que perdurou.

Todavia, o protonacionalismo não é condição suficiente, em seu entender, para formar nações. Mesmo quando reconhece o seu significado como material de base para o nacionalismo ou quando assinala a importância de alguns dos seus componentes, como no caso do peso do factor étnico na China, na Coreia e no Japão (id., *ibid.*, p. 66).

Para Hobsbawm, o elemento crucial da nação moderna é a formação do Estado-nação (id., *ibid.*, pp. 63-64). Só há nacionalismo moderno no contexto do século XVIII, vinculado a uma noção de soberania popular que se exerce ou virá a ser exercida num Estado independente, ou ligado a teorias como as de Herder<sup>5</sup>. Porém, Hobsbawm, que procura desmontar a influência de cada um

---

<sup>5</sup> Já Hayes (1931) sublinhara que o nacionalismo, definido como «a devoção suprema dos seres humanos em relação a nacionalidades bastante amplas e à fundação consciente de uma «nação» política de acordo com uma nacionalidade linguística e cultural» (p. 5), não tinha tido uma ampla difusão antes do século XVIII. Referiu igualmente o impacto de doutrinações como a de Herder e o significado da revolução francesa como momento em que a legitimação

dos factores protonacionais na génese das nações modernas, não pondera o peso combinado de vários ou do conjunto destes factores na formação das mesmas e muito menos analisa esta em termos de processo. A nação aparece como algo de descontínuo, como em Gellner (Sobral, 1996, p. 21), dando Hobsbawm um grande relevo à criação de «tradições nacionais» pelos nacionalismos na época contemporânea.

#### MICHAEL MANN E A IMPORTÂNCIA DO ESTADO MILITARISTA

Michael Mann também confere relevância ao protonacionalismo. Todavia, «na medida em que nos tempos pré-modernos a cultura e a organização das classes dominantes estavam em larga medida separadas da vida das massas, as unidades políticas raramente podiam ser definidas por uma cultura comum, como sucede numa nação» (Mann, 1994, p. 1). Para Mann, as nações e o nacionalismo desenvolveram-se antes de mais em resposta ao desenvolvimento do Estado moderno, tendo emergido no século XVIII na Europa e na América (Mann, 1993, pp. 214-253, e 1994).

Distingue duas fases «protonacionais», a *religiosa* e a *comercial-estatista*. A primeira implicou a difusão da leitura e da escrita das línguas vernáculas levada a cabo na Reforma e na Contra-Reforma. Este processo, ao promover a identificação de línguas vernáculas com distintos Estados e regiões numa época de guerra religiosa, poderia mesmo gerar sentimentos protonacionais entre as classes populares. Porém, esses sentimentos teriam um alcance restrito, pois, em virtude do carácter transnacional da Igreja católica — e de certas igrejas protestantes —, só algumas vezes coincidiriam as fronteiras de Estado, de Igreja e de língua e o Estado não seria suficientemente relevante para constituir «o foco das identidades de muitas pessoas ou ideologias» (Mann, 1994, p. 2). Na segunda fase, a «identidade nacional» permaneceria limitada, pois o capitalismo, a cultura da classe alta e as igrejas continuavam a ser transnacionais. Isto apesar de a expansão do capitalismo comercial e o Estado militar terem levado à difusão da literacia, provocando uma padronização das identidades sociais, embora restringida em termos de classe. A fusão dos dois elementos fulcrais protonacionais — um Estado delimitado, mas debilmente enraizado, e comunidades étnicas locais — teria lugar entre os finais do século XVIII e o século XX (id., *ibid.*, p. 3).

A chave do surgimento das nações e do nacionalismo residirá nas modificações ao nível do Estado e nas reacções que tal suscitou, em particular as

---

da soberania passou a assentar nas componentes *popular* e *nacional*. Todavia, para Hayes já antes havia unidades com identidade própria — a que chama vagamente «tribos» e «nações» — e designara os sentimentos de vinculação às mesmas como «nacionalismo», algo bem distinto, todavia, do nacionalismo *moderno* acima definido (cf. Carlton J. H. Hayes, *op. cit.*)

decorrentes da intensa actividade militar dos Estados até ao século XVIII, que se fazia sentir, de modo desigual, através da mobilização e dos impostos. Tal gerava resistências, por vezes revolta, e a exigência de cidadania política para «o povo» e para «a nação», estando a emergência de sentimentos nacionais ligada a ideais democráticos.

Apesar da importância nuclear conferida na emergência de *nações com consciência própria* ao confronto entre pressões do Estado militarista e resistência, o autor aceita que as comunidades étnicas também teriam desempenhado o seu papel na mobilização política e em países como a Grã-Bretanha e a França línguas mais ou menos partilhadas e a religião ajudavam a focar o protesto na nação (id., *ibid.*, pp. 4-5).

#### BENEDICT ANDERSON: A NAÇÃO COMO COMUNIDADE IMAGINADA

Para Benedict Anderson, as nações são igualmente algo de moderno, datando o seu aparecimento da revolução americana. Mas a sua proposta de explicação, a última que mencionaremos no âmbito do paradigma modernista, é bem distinta das anteriores e parte de outros pressupostos. Anderson acha preferível tratar o nacionalismo, não como uma ideologia política — como o liberalismo ou o fascismo —, mas como os grandes sistemas culturais que o precederam e dos quais proveio, mesmo que os combatesse: a comunidade religiosa e as monarquias (Estados dinásticos). A nação é, assim, ao mesmo tempo herdeira do passado e uma realidade nova (Anderson, 1986 [1983], pp. 17-28). A própria possibilidade de imaginar a nação surgiu quando «três concepções culturais fundamentais» deixaram de possuir um carácter axiomático que se impunha à mente humana. Por outras palavras, quando (1) uma linguagem sagrada — como o latim — deixou de ser vista como inseparável da própria verdade religiosa, abrindo assim a possibilidade de a mensagem religiosa ser expressa por outras línguas, o que terá lugar com a Reforma. O «destronamento» do latim contribuiu, entretanto, para a erosão da comunidade sagrada da cristandade. Quando (2) se pôs em causa o carácter *natural* de sociedades organizadas em torno de «centros elevados» que as dominavam — soberanos separados da sua comunidade e com algum atributo sagrado, cosmológico-divino. Por outras palavras, quando a figura do monarca foi aproximada do comum — o que permitiria a imaginação de uma fraternidade colectiva. E quando (3) se substituiu uma concepção da temporalidade, que não distinguia entre cosmologia e história, por uma dessacralizada, produto do impacto das descobertas científicas. Simplificando, enquanto a Bíblia ligava a história humana aos planos de Deus, construindo uma totalidade em que passado, presente e futuro estavam interligados, pois o divino estava sempre presente, a nova concepção introduzia um tempo em que não havia prefiguração do futuro pelo passado, como na Bíblia, com a sua dimensão teleológica, surgindo um tempo transversal. Este, marcado pelo relógio e pelo calendário, permitia pensar um colectivo como algo que existia em simultâneo em locais muitos distintos.



A novela, com o seu relato de acções simultâneas de agentes em múltiplos lugares, relatos pormenorizados de um ponto de vista da descrição, e o jornal, com as notícias em simultâneo de vários pontos distantes (permitindo, assim, ligar quem nunca se conheceria pessoalmente, identificar um território, etc.), são, para Anderson, os meios por excelência para imaginar a nação (id., *ibid.*, pp. 20-40; Smith, 1998, 133-134).

A nação é uma *comunidade imaginada*, porque aqueles que a constituem nunca encontrarão ou conhecerão a maioria dos outros e o colectivo vive na mente de cada um (Anderson, 1986 [1983], p. 15). A génese dessa comunidade imaginada deve-se à conjugação de dois factores: o capitalismo e a tipografia. O livro — em língua vernácula — teria sido a primeira mercadoria a ser produzida em massa. Os efeitos de tal conjugação fizeram-se sentir no plano da consciência nacional, pois tal permitiu a um público mais amplo comunicar e identificar-se entre si. O material escrito, ao conferir um carácter fixo e uniformizado à linguagem, também terá contribuído para outorgar um sentido de continuidade à nação, objectivada como colectivo que existe no tempo. Resumindo o essencial das propostas de Anderson nas suas próprias palavras: «[...] o que tornou as novas comunidades imagináveis foi uma interacção semiconsciente, mas explosiva, entre um sistema de produção, relações de produção capitalistas, uma tecnologia de comunicação e uma fatalidade, a diversidade linguística dos humanos» (id., *ibid.*, p. 46).

## INTERPRETAÇÕES — UM PARADIGMA PROCESSUAL

### ANTHONY SMITH: A IMPORTÂNCIA DOS FACTORES ETNO-SIMBÓLICOS

Se os autores atrás mencionados representam propostas destacadas no âmbito das interpretações modernistas da formação das nações e do nacionalismo moderno, os que iremos mencionar em seguida podem ser caracterizados como dos mais influentes na revalorização dos elementos pré-modernos na génese destes mesmos fenómenos. Trata-se de Anthony Smith, Josep Llobera, Adrian Hastings e Jose Antonio Maravall.

Anthony Smith parte da definição seguinte de *nação*: «[...] uma dada população humana que habita um território histórico e que partilha mitos e memórias históricas comuns, uma cultura pública e de massas, uma economia comum e os mesmos direitos e deveres legais para todos os seus membros» (Smith, 1991, p. 43). Esta definição tem o carácter de um «tipo ideal», de um modelo, e, como escreve o autor, é uma definição bastante modernista, que faz datar o aparecimento da maioria das nações e dos nacionalismos dos tempos modernos das revoluções americana e francesa (Smith, 1999, p. 11)<sup>6</sup>. Se antes não havia

---

<sup>6</sup> Anteriormente o autor havia afirmado que não haveria nações na Europa, segundo esta definição, antes dos séculos XIV-XV (o tempo das guerras anglo-normandas) (cf. Anthony Smith, 1991, p. 51).

nações — embora não se deva descartar a existência de nações e mesmo de uma certa forma de nacionalismo religioso (judeus) anteriormente à modernidade (Smith, 1991, p. 50) —, existiam, todavia, *etnias* ou comunidades étnicas. Estas são conjuntos históricos dotados de carácter étnico e simbólico-cultural, como:

1. Um nome próprio colectivo;
2. Um mito de uma ancestralidade comum<sup>7</sup>;
3. Memórias históricas partilhadas;
4. Um ou mais elementos culturais comuns (língua, religião, costumes...);
5. Uma associação com uma «terra natal» específica;
6. Um sentido de solidariedade para sectores específicos da população (id., *ibid.*, pp. 20-21).

Esta definição, como a de nação, refere-se a um *tipo ideal*: quanto mais uma população se aproximar destes atributos e quantos mais possuir, mais se aproxima do mesmo. Além disso, Smith sublinha que se pode falar na existência de comunidade étnica mesmo no caso de estes atributos serem apenas o património de minorias no seio dessas populações e ainda que a importância e saliência de alguns varie no tempo.

Segundo o autor, encontram-se colectivos deste tipo em vários momentos da história da humanidade — os judeus seriam um exemplo — e possuem estas características os reinos bárbaros estabelecidos na Europa ocidental depois da extinção do Império Romano do Ocidente. Algumas destas unidades desaparecerão. Porém, a estes Estados sucederão durante a Idade Média outros mais poderosos, nos quais, ao longo de um processo multissecular, o núcleo aristocrático, com mitos e tradições próprias, irá revelar uma grande capacidade para englobar outros segmentos e difundir as suas representações. Tal sucedeu, por exemplo, em Inglaterra, onde uma comunidade inglesa viria a suceder progressivamente aos antigos núcleos étnicos anglo, dinamarquês, saxão e normando. A centralização administrativa, a fixação de fronteiras, a afirmação de uma língua própria, a consolidação em termos de identidade associada a conflitos prolongados com o reino da França, os galeses e os escoceses, levaram à solidificação étnica no Estado inglês (id., *ibid.*, pp. 55-57).

Este exemplo é elucidativo no que se refere à proposta de abordagem processual de Smith e aos factores a que confere significado. No seio destes destaca o Estado — a que atribui um papel crucial —, a guerra e a religião organizada (id., *ibid.*, pp. 26-28). Todos eles representam dimensões constitutivas da cristalização de identidades.

---

<sup>7</sup> Algo a que atribui uma importância fundamental na caracterização do nacionalismo Walker Connor (cf. Connor, 1994).

Não havendo, para Smith, identidade entre *comunidade étnica* e *nação*, devem, contudo, em seu entender, procurar-se as origens da nação nos elementos étnicos pré-modernos — mesmo existindo nações modernas sem tal base — por vários motivos. Entre estes avultam o facto de as primeiras nações se terem formado a partir de tais laços e o de os modelos europeus terem sido o protótipo para a formação de nações noutros continentes (id., *ibid.*, p. 41)<sup>8</sup>.

O processo de transformação das etnias em nações modernas segue por vias diversas: «[...] uma via da *incorporação burocrática*, pela qual as etnias aristocráticas podem forjar Estados sólidos e incorporar regiões periféricas e classes subordinadas na sua própria cultura e simbolismo; a da *mobilização vernacular*, em que uma *intelligentsia* indígena usa a cultura popular (*folk culture*) para mobilizar os estratos médios e baixos e criar nações étnicas; finalmente, há uma via imigrante-colonial, em que a ‘etnia parcial’ é reforçada por vagas de outros colonizadores pioneiros, criando todos em conjunto uma nação e uma cultura imigrante *plural* ou poliétnica» (Smith, 1998, p. 194, e 1999, p. 18).

Se o *nacionalismo*, o «[...] movimento ideológico que procura alcançar e manter a autonomia, unidade e identidade para uma população que alguns dos seus membros pensam constituir uma ‘nação’, actual ou potencial», é algo de moderno, há no mesmo componentes que remetem, como no caso da nação, para elementos pré-modernos (Smith, 1991, pp. 73 e 71-72). Com o seu triunfo, acompanhando o desenvolvimento dos Estados modernos, tornar-se-á um corolário dos mesmos.

Deve-se acrescentar que a concepção de uma identidade nacional em Smith não corresponde a um dado fixo ou estático. Na sua expressão é algo que «[...] está sempre a ser reconstruído em resposta a determinadas necessidades, interesses e percepções, embora sempre dentro de determinados limites» (Smith, 1999, pp. 17). Daí a importância atribuída pelo autor aos processos de recorrência, continuidade e reapropriação na relação entre passado e presente (Smith, 1998, pp. 190-193, e 1999, p. 19). E as suas repetidas chamadas de atenção para os limites que condicionam os processos ditos de «invenção das tradições», os quais não constituem um modo de

---

<sup>8</sup> A defesa deste tipo de relação histórica entre etnia e nação foi acolhida por, entre outros, Connor (1994), Miller (1997, p. 36) e, com algumas reservas face a conceitos e categorias de Smith, por Guibernau (1997). Mas, para além de Smith, deve sobretudo destacar-se a contribuição de Armstrong na análise dos antecedentes étnicos das nações. É central na sua perspectiva o facto de recusar uma abordagem «essencialista» da identidade étnica, pois esta variaria de acordo com as conjunturas, o de definir a identidade a partir da existência de «barreiras» (*boundaries*), definidas por símbolos culturais — língua, lei, religião ... —, que a separam do «outro», e o de conferir uma importância decisiva ao *mitomotor*, o complexo mítico constitutivo de uma identidade e que a distingue das outras, como o seria o da expansão ultramarina para Portugal, que menciona (cf. Armstrong, 1982).

explicação global válido para a explicação do facto nacional, o que não exclui a existência de invenções (Smith, 1998, pp. 129-131).

#### LLOBERA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES E DO NACIONALISMO NA EUROPA OCIDENTAL

Josep Llobera partilha as posições de Smith sobre a importância dos elementos pré-modernos na emergência das nações e do nacionalismo, mas restringe a sua análise histórica, empiricamente detalhada, à Europa ocidental. Daí falar em nações — um termo já existente na Idade Média, conquanto polissémico — para denotar aquilo a que Smith chama etnias. As nações formar-se-ão de forma variada no período medieval, estando os sentimentos de «identidade nacional» restringidos a um número reduzido de pessoas (Llobera, 1994, p. 58). Assim, no caso da França, por exemplo, assiste-se com os Capetíngios à consolidação de uma «comunidade imaginada», de que faz parte a reelaboração de tópicos carolíngios — em torno da superioridade dos francos —, mitos de origem (pagão, as origens troianas; cristão, o baptizado de Clóvis, o fundador do reino merovíngio). Surgem histórias em que a França é apresentada como investida pela Providência divina de uma missão protectora da cristandade.

Factores deste teor acompanhavam, entretanto, o alargamento de um Estado que, partindo dos domínios reais em torno de Paris, iria absorver a zona da *langue d'oc* e as regiões dominadas pelos reis ingleses e incorporar a Bretanha, bem como outras áreas (periféricas) culturalmente distintas.

Este exemplo será suficiente para entender a abordagem de Llobera. As nações têm uma longa história, que se deve remontar ao período medieval — cristalizaria por volta de 1300 (id., *ibid.*, pp. 79-80). Não se formam nem com o industrialismo, como sustenta Gellner, nem dependem de modo causal do capitalismo (id., *ibid.*, pp. 99-103). Llobera admite, com muitas restrições, a relação entre capitalismo e nacionalismo — o qual, como ideologia política, só triunfa nos dois últimos séculos —, mas apenas desde que se conceba o primeiro no sentido amplo de produtor de modernidade (id., *ibid.*, p. 103). Poderemos acrescentar, por conduzir à homogeneização de territórios e de culturas, ao incremento das comunicações, à urbanização e à secularização e ao próprio conflito entre Estados e regiões, dado o seu desenvolvimento desigual, o que potencializa as expressões nacionalistas (id., *ibid.*, p. 195).

Resumirei as posições de Llobera sobre a emergência das nações e o nacionalismo, recorrendo ao seu texto, num momento em que procura fazer uma síntese de elementos de continuidade e de mudança no âmbito da problemática: «[...] a ideia de nação como comunidade imaginada está longe de ser moderna e foi criada na Idade Média [...] em círculos de *literati*, muito frequentemente, mas não sempre, em torno de monarcas. O que é moderno acerca da nação, então, é fundamentalmente o seu potencial como crença de massa, não a sua existência como visão imaginativa. *O que é*

*verdade é que do período medieval ao século XVIII o princípio da nacionalidade foi um dos vários laços de legitimação do Estado; só depois da revolução francesa se tornou o mais forte pilar do Estado»* (id., *ibid.*, p. 120) (itálicos meus).

#### ADRIAN HASTINGS: UMA GÉNESE ANTIGA DAS NAÇÕES E O MODELO BÍBLICO

A proposta explicativa de Adrian Hastings dá importância ao factor étnico e vê na nação, que pode ser formada por uma ou mais etnias, uma entidade dotada de uma maior consciência própria do que a etnia. Definindo esta como um «grupo humano que partilha uma identidade cultural e uma linguagem falada» (Hastings, 1997, p. 3), refere vários factores que estão presentes, ou poderão estar presentes, na passagem de uma ou mais etnicidades à nação. O uso intensivo de uma língua vernácula é o mais importante e difundido. Pode também ser significativa a existência de uma luta contra uma ameaça externa, embora sem carácter de necessidade. A nação pode ser anterior à criação de um Estado próprio ou, pelo contrário, decorrer deste, mas a existência de um Estado contribui de qualquer modo para uma maior consciência própria da nação. Hastings atribui igualmente um papel crucial nestes desenvolvimentos ao ideal do Estado-nação e, na concepção do mundo como «sociedade das nações», à Bíblia. O texto sagrado terá fornecido, pelo menos ao mundo cristão, através do caso de Israel, um modelo ideal de nação, enquanto unidade de pessoas, língua, religião, território e governo (id., *ibid.*, pp. 2-3 e 18). Para este autor, o *nacionalismo*, enquanto teoria política, dataria do século XIX, mas, como sentimento particularista e etnocêntrico, seria muito anterior (id., *ibid.*, pp. 4-8).

#### JOSE ANTONIO MARAVALL: A NAÇÃO E O ESTADO MODERNO

Para o historiador espanhol Jose Antonio Maravall «[...] a nação vai ser [...] a forma de comunidade correspondente ao Estado moderno [séculos XV-XVII]» (Maravall, 1972, I, pp. 470-471).

O eixo da sua explicação reside na demonstração extremamente documentada da articulação entre o desenvolvimento do Estado moderno, o qual, em sua opinião, emerge em finais da Idade Média, e o incremento de representações de uma unidade colectiva diferenciada, que, surgidas no mesmo período, florescem plenamente nos séculos XVI e XVII. Por exemplo, noções de pátria ou de nação que já se identificam, entre outros sentidos, com um território e seus habitantes, sendo, inclusive, concebidas como algo de natural, como ocorre frequentemente no pensamento nacionalista dos dois últimos séculos. Exaltação da pátria/nação como entidade com valor próprio, eminente, e sujeito de obrigações jurídico-políticas. Exaltação do que se refere aos próprios face ao estrangeiro, a começar

pela língua. A sua explicação também remete para factores económicos — ligação do Estado à economia, mercantilismo, formulação de políticas «nacionalistas» — e sociais: associa o desenvolvimento de uma consciência da nação à ascensão da burguesia (id., *ibid.*).

Para Maravall, o aparecimento «de um estado de consciência comum a quantos se sentem vinculados por uma relação de co-pertença a um grupo nacional» não significa a sua generalização a todos. O processo de formação das nações não se encontrará em toda a sua plenitude nem nas sociedades barrocas do século XVII. E, por isso, cunhou o termo «protonacional» para designar a época que estuda e aceita que se possa falar em protonação — em vez do termo «nação», que usa. Mas insiste em que a formação do sentimento nacional é coetânea do processo de formação do Estado moderno: «Esse sentimento deve ser tido como um elemento constitutivo da forma política do Estado moderno, de modo que, despreendida esta daquele, poderá ver-se o Estado como uma abstracção teórica, mas nunca como uma realidade histórica» (id., *ibid.*, pp. 471-472). Por esta citação se pode avaliar como a concepção de protonacional de Maravall, que comporta uma dimensão processual entre os séculos XV e XVII, se distingue das de Hobsbawm ou Mann.

## O CASO PORTUGUÊS

### DA FUNDAÇÃO DE UM REINO À CONSTRUÇÃO (MINORITÁRIA) DE UMA IDENTIDADE NACIONAL

Existia, no seio dos círculos da elite romântica, na época de implantação do liberalismo, época habitualmente aceite como de eclosão e expansão do nacionalismo moderno, um movimento para definir elementos de uma cultura nacional portuguesa, mas a existência da realidade nação era inquestionável. Esse movimento detecta-se na tentativa de construção de uma literatura nacional portuguesa, na recolha de uma literatura oral popular *tradicional* — como sucede na obra de um Garrett, nas produções literárias e dramáticas e no *Romanceiro* (Monteiro, 1971) —, na elaboração de uma *História de Portugal*. A esta tarefa dedicou-se, entre outros, Alexandre Herculano e tal contribuiu para transformar o autor em intelectual mítico de Oitocentos. Não havia em Portugal — como em qualquer outro local — um único nacionalismo, mas vários discursos nacionalistas preocupados em definirem a nação, os quais traduziam diferentes orientações políticas e intelectuais<sup>9</sup>. Por isso havia confrontos, como a grande polémica em torno do chamado *milagre de Ourique* (Buescu, 1987; Matos, 1998, pp. 261-265). Esta opôs os defensores

---

<sup>9</sup> V. em Hayes, *op. cit.*, um exame das variantes do nacionalismo na primeira metade do século XIX.

de uma visão sagrada do destino nacional, em que é marcante a ideia de uma história dominada pela Providência divina, e a dos portugueses como um povo eleito, a Alexandre Herculano, que via a nação portuguesa como produto da acção política dos condes portucalenses e dos primeiros reis de Portugal (Herculano, 1980 [1846], I, pp. 81-83).

No decurso do século XIX existiram muitas outras propostas de definição da génese da nação e da sua identidade, que reflectem os contextos políticos e intelectuais da sua emergência. Houve, por exemplo, a tentativa de procurar antecedentes étnicos à própria existência política de um Estado português, em particular no último quartel do século, e tentativas de definir a sua identidade em termos étnico-raciais (Pereira, 1992, pp. 347-364; Matos, 1998, pp. 315-350; Catroga, 1998, pp. 120-124 e 155-165).

Se não havia dúvidas, na época dita «clássica» da emergência do nacionalismo, quanto a Portugal constituir uma nação, poderemos falar na existência de uma nação para períodos anteriores, como defendem Llobera e Hastings, ou numa etnia, como propõe Smith? Ou seria a nação portuguesa um produto contemporâneo, decorrente das acções do Estado e da elite intelectual e política de Oitocentos que simultaneamente a representavam como antiga? Nas páginas que se seguem vamos procurar elucidar esta problemática, recorrendo a alguma historiografia portuguesa recente que se debruçou sobre o tema.

Na sua obra de história medieval, *Identificação de um País*, José Mattoso afirma ser o fenómeno nacional de natureza política, sendo o Estado o «motor efectivo da unificação política» (Mattoso, 1985, II, p. 13). Para o autor, os fenómenos relativos ao facto «nacional» radicam na relação, na entidade política entretanto criada, entre factores económicos, sociais e ideológicos. Assinala, por exemplo, a importância da articulação entre o Norte e o Sul (id., *ibid.*, pp. 191-194), bem como os efeitos significativos da fixação das fronteiras no século XIII. As fronteiras permitiram «que se tornassem mais conscientes», são palavras suas, «as noções de importação e de exportação» e que se relacionasse «[...] com um espaço determinado a oposição entre nacional e estrangeiro, que passou a aplicar-se não só a pessoas, mas também a coisas e mesmo à moeda» (id., *ibid.*, pp. 194-195). A este respeito defende que só pode falar-se em área económica *nacional* a partir de meados do século XIII devido à imposição, por D. Afonso III, da sua moeda e às dificuldades criadas à circulação de outras, tudo conjugado com a definição das fronteiras económicas do reino (id., *ibid.*, p. 46). Quanto à definição de uma língua própria, assinala que a unificação linguística conhece um momento importante no reinado de D. Dinis — o mesmo que fortificou e consolidou as fronteiras e nacionalizou (*sic*) as ordens militares —, que adopta o *romance* (língua vulgar, derivada do latim) como língua oficial (Mattoso, 1985, I, p. 74). Também examina a consciência da população do reino de Portugal para detectar o nível dos seus sentimentos de pertença — se eram

puramente locais ou supralocais —, bem como se havia, da parte da nobreza, algo mais do que uma fidelidade pessoal ao monarca. Detém-se sobre o papel ideológico da Chancelaria Régia e sobre a acção de clérigos, como os religiosos do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, estreitamente vinculados à monarquia. Trata também do aparecimento do nome *Portugal*, para ele prova de que «[...] os notários da coroa consideravam a independência [...] como o resultado de um esforço comum e não da concessão pessoal a um chefe» (id., *ibid.*, pp. 198-199). A sua investigação abrange igualmente os símbolos do poder, como as quinas e os castelos, a dimensão espacial do «regnum», e discerne no termo «portugueses» a designação de um conjunto étnico.

Não encontrará indícios de «ideologia nacional» nos textos da Cúria Régia, mas irá descortinar, ainda é sua a expressão, a «mais clara consciência nacional» entre os clérigos, particularmente os de Santa Cruz de Coimbra, seus protegidos (id., *ibid.*, p. 205). O autor não pensa que a nobreza possua algo que se possa definir como uma «consciência nacional» e é de opinião que o rei não seria mais do que um senhor, no sentido feudal, para os habitantes dos concelhos. Em resumo, até 1325, a «consciência nacional» (sentimentos de pertença) é ainda incipiente, enquanto a noção de «identidade nacional» — para ele, unidade política definida por um poder sobre um espaço balizado por fronteiras e os seus habitantes — já está claramente definida desde a primeira metade do século XIII. Por isso, em seu entender, a nação como factor objectivo existe, mas a consciência da sua existência apenas se faz sentir no seio de uma minoria próxima do poder, que a difunde (id., *ibid.*, pp. 208-212).

O historiador Martim de Albuquerque debruçara-se antes explicitamente sobre os problemas da formação da nação, privilegiando os factores político-ideológicos. Viu a formação do sentimento de nacionalidade como decorrendo de um processo gradual que se inicia com a primeira dinastia. Detecta desde cedo a formação de uma ligação entre o príncipe e o conjunto étnico e entre o mesmo e o território — Afonso Henriques intitula-se «rei português» e «rei de Portugal».

Constata o aparecimento de expressões de «amor à terra», sendo Portugal exaltado. A palavra «nação», inicialmente portadora de um «exclusivo sentido étnico, assume, não raro, um sentido territorial» (Albuquerque, 1974, pp. 57-67). Muito relevante é o facto de o autor referir a génese de emoções ligadas ao *sangue* e à *terra*, que assumem frequentemente formas de sentimento religioso. Assistir-se-ia mesmo a uma secularização da própria ideia de cruzada-guerra santa, em função de «uma quase guerra-santa na defesa do reino e da nação». Já então se encontrará a própria ideia de *morte pela terra* — algo que propiciaria a salvação eterna (id., *ibid.*, pp. 67-79) —, um tópico oriundo da antiguidade romana (*pro patria mori*) estudado por Kantorowicz (Kantorowicz, 1984 [1951]). A lenda de Ourique, em formação desde o



século XII, implicaria a concepção de uma missão providencial atribuída a Portugal ((id., *ibid.*, pp. 340-348)<sup>10</sup>.

As alterações políticas e, sobretudo, os conflitos com os castelhanos são momentos em que Albuquerque observa a formação de sentimentos de nacionalidade, como sucede com os que decorrem a partir da crise sucessória aberta com a morte de D. Fernando. Expressam-se então violentos sentimentos xenófobos anticastelhanos.

Nos séculos XV e XVI o país começará a ser concebido como uma pátria, designação polissémica que virá a abranger o sentido de um «estado territorial nacional». A transformação de Portugal num império comercial é acompanhada pela construção de uma «imagem nacional» distintiva, que exaltava o território e os seus habitantes. Tal é patente na literatura, com a formulação de epopeias, das quais *Os Lusíadas*, de Camões, serão o exemplo perfeito. Cria-se um mito de origem, o dos portugueses como descendentes dos lusitanos (século XV), um tópico corrente nos séculos XVII e XVIII, retomado em finais do século XIX (id., *ibid.*, cap. VI; Leal, 2000). Exalta-se a língua, cuja gramática se estuda (id., *ibid.*, pp. 311-334), a própria paisagem — o território era entretanto objecto de estudo —, que se torna um referente de emoções, como o amor à terra (id., *ibid.*, pp. 293-311). A história mais recente é mobilizada para a exaltação do colectivo, como sucede em *Os Lusíadas* (id., *ibid.*, pp. 356-373).

#### UMA QUESTÃO CONTROVERSA — A PROBLEMÁTICA DA DISSEMINAÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL EM PORTUGAL ANTES DE OITOCENTOS

Numa obra posterior à que tem vindo a ser referida, Mattoso retoma a problemática da identidade nacional portuguesa, mantendo, no geral, os seus pontos de vista sobre o período medieval, mas alargando o âmbito das suas considerações ao período que medeia entre esse tempo e o Portugal do século XX (Mattoso, 1998). Nela assinala que não haveria identidades regionais que concorressem com a identidade nacional, cuja generalização a toda a população se verificaria ao longo de um processo que se desenrola do período medieval quase aos nossos dias. Os elementos constitutivos dessa mesma identidade nacional difundir-se-iam a partir de um núcleo progressivamente alargado — das elites ligadas à monarquia no período medieval à população burguesa minimamente instruída de finais do século XIX — até chegarem ao conjunto da população portuguesa a partir do fim de Oitocentos (id., *ibid.*, pp. 15-39). Apoiando-se nas interpretações de Rui Ramos sobre o período de 1890-1926, que sublinham o impacto do nacionalismo cultural e político na época, pensa que antes do

---

<sup>10</sup> A concepção de um povo eleito, investido com uma missão providencial, inerente à narrativa de Ourique desde o século XIV, mencionada no caso português, entre outros, por Albuquerque (1975, pp. 340-373), é analisada como componente fundamental da sobrevivência das comunidades étnicas ao longo de vários milénios por Anthony Smith (1999, pp. 125-147).

mesmo «a generalização da consciência da identidade nacional pela totalidade da população portuguesa não se pode presumir como um facto» (id., *ibid.*, p. 21)<sup>11</sup>. Entre os elementos que contribuem para tal conta-se a intervenção do próprio Estado, envolvido na criação de uma cultura nacionalista assente na escola, na instituição de rituais colectivos, na generalização das relações com a política através de uma maior participação nos seus processos, tudo associado à acção de uma imprensa de massas.

A posição de Mattoso, um dos raros autores a quem se deve uma análise da génese da identidade nacional em Portugal, coloca várias interrogações, sobre as quais vale a pena reflectir. Na base das suas reservas quanto ao reconhecimento do impacto de formas de identificação com o *nacional* em períodos anteriores à época contemporânea poderá estar a desconfiança perante as reivindicações de antiguidade, perenidade e/ou essência nacional — uma portugalidade intemporal que se revela em diversos momentos da sua existência —, de homogeneidade do colectivo, características de muita elaboração nacionalista<sup>12</sup>. A história portuguesa mais recente terá, possivelmente, contribuído para exacerbar essa mesma desconfiança, pois sob o Estado Novo controlou-se estreitamente o ensino da história para impor narrativas oficiais, o que porventura tornou ainda mais saliente a relação entre história e projectos nacionalistas, que se manifestara com nitidez com a elaboração de histórias nacionais a partir do romantismo (Torgal, 1989).

Outros problemas parecem ligados aos limites que o conhecimento historiográfico destas matérias nos coloca, em particular no que diz respeito aos colectivos *populares*, pois, se é possível detectar determinadas representações no seio das elites, não é lícito que as generalizemos a outros grupos sociais muito mais representativos, em termos de dimensão, de uma população *nacional*.

Analiseemos com um pouco mais de detalhe as considerações de Mattoso. Não se afigura controverso ver na época contemporânea — a partir do século XIX — um momento específico da difusão dos discursos nacionalistas. Muitos trabalhos influentes a nível internacional referiram a importância desse tempo, que chegou a ser descrito como o da *nacionalização das massas* (Mosse, 1975). A presença de preocupações explícitas nacionalistas — mobilização política em torno de propostas de regeneração nacional, definição da soberania a partir de um colectivo, a nação, criação de uma historiografia, literatura, arte, definidas como nacionais, etc. — data, no mínimo, do primeiro liberalismo português (Torgal, 1989; Monteiro, 1971; França, 1974; Matos,

---

<sup>11</sup> Ramos, que enfatiza correctamente a importância desse impacto no próprio título da sua obra, referindo-se à criação do que se pode definir globalmente como uma «cultura nacionalista», não atribui a esta época o exclusivo da «construção da nação», remetendo mesmo o início do processo para períodos anteriores (cf. Rui Ramos, 1994). Sobre a «construção da nação», v. p. 565.

<sup>12</sup> Este texto de 1998 é elucidativo quanto aos seus pontos de vista (v., por exemplo, pp. 40-41).

1998) e prolongou-se ao longo do século. Mas não haveria, ainda antes desta difusão, nenhum sentimento da existência de Portugal e de pertença a um colectivo português entre os grupos populares?

Este problema é, em parte, mas só em parte, de natureza dita empírica. Trata-se da ausência de conhecimento detalhado da história dos chamados grupos populares. Essas lacunas são enormes e não só para períodos muito recuados. Contudo, este problema não se esgota, como se disse, na sua vertente documental, pois está ligado ao entendimento que fazemos de noções que utilizamos, como, neste caso, a de identidade nacional. Deve-se ter presente que não é de esperar descobrir expressões organizadas sobre qualquer sentido possível de identidade nacional, como as que encontramos no meio letrado, entre quem não sabe ler. Pois, como iletrados, não são apenas incapazes de ler e de escrever, mas encontram-se segregados do universo cognitivo regularizado e sistemático, que permite a abstracção de contextos específicos, próprio da escrita e a sua memória também é distinta, muito mais vinculada a contextos de experiência directa. Por isso, não estão só afastados das representações narrativas veiculadas pela escrita que constrói, aliás, uma memória específica, ou de concepções espaciais abstractas da nação, como as dos mapas; o próprio discurso oral, não afectado pelo escrito, é distinto do dos letrados<sup>13</sup>. Assim, para procurar discernir as suas atitudes temos de nos debruçar sobre outros indícios de pertença e de identificação com o nacional, alguns dos quais, aliás, como se verá mais à frente, o próprio Mattoso menciona.

Se pensarmos a identidade nacional como um conjunto substantivo e mais ou menos sistemático de enunciados como os existentes em discursos (de) letrados — que comportam, evidentemente, enormes diferenças —, é óbvio que tal não é partilhado pela maioria da população. Mesmo na actualidade, são aplicáveis ao caso português as considerações de Ladislav Holy formuladas ao estudar a Checoslováquia pós-comunista. Este antropólogo verificou que o conhecimento da história nacional se diferenciava de acordo com a posição social e que existia uma concepção popular da história, muito distinta das narrativas sistemáticas e interpretativas dos historiadores, em que a de história surgia como simples lista de pessoas ou de alguns eventos que simbolizam o passado nacional (Holy, 1996, pp. 126).

Holy fala de uma sociedade mais escolarizada do que a portuguesa — mormente a portuguesa deste século. Também pude constatar que o conhecimento da história de Portugal entre pequenos proprietários e assalariados

---

<sup>13</sup> Não se poderá desenvolver aqui esta argumentação sobre os efeitos cognitivos ao nível da lógica discursiva, da memória e do sentido da história, associados à escrita. Remete-se, por isso, para o autor que as inspira (Jack Goody, 1977, 2000).

rurais dos nossos dias consistia, sobretudo, numa lista de nomes e alguns factos (Sobral, 1995, p. 290). Existe um enorme hiato entre as imagens da história correntes entre os mais escolarizados — e particularmente entre os historiadores — e o conjunto dos outros portugueses, que também não constitui qualquer totalidade indiferenciada. Podemos assumir que o mesmo existiu sempre, embora se possa assumir que a sua intensidade foi muito maior no passado, antes da introdução da escolaridade obrigatória e do seu desenvolvimento e ampliação, cujo impacto massivo data apenas das últimas décadas. E a representação da história nacional é um elemento fundamental das representações nacionais.

Afigura-se-me que o historiador, sem de modo algum excluir outros elementos, alguns dos quais assinalados mais adiante, valoriza excessivamente o papel de uma concepção da identidade estruturada pela escrita e difundida dos meios da minoria letrada para a maioria da população. Penso que tal se revela em afirmações como a seguinte, em que refere que os camponeses da Idade Média teriam «dificuldade de conceber ideias abstractas, como a de portugalidade» (Mattoso, 1998, p. 14)<sup>14</sup>, bem como no peso que dá, entre outros factores, à difusão da escrita e da imprensa (id., *ibid.*, p. 21).

Mas não haverá outra forma de conceber a identidade nacional? Uma proposta muito relevante para o seu estudo é a do psicólogo social Michael Billig. Este dedica a sua atenção ao modo como a identidade nacional representa um modo *natural* — naturalizado, a mais das vezes implícito — de estar nos Estados-nações (Billig, 1997 [1995], pp. 60-92). Ela reproduz-se na vida quotidiana, no plano concreto da experiência, quando, por exemplo, abrimos um jornal que comporta uma divisão em nacional/internacional, prestamos atenção ao boletim meteorológico, que implica uma objectivação do que é nacional e do que o não é (id., *ibid.*, p. 117), saudamos uma bandeira (id., *ibid.*, p. 39), lidamos com moedas ou notas nacionais (id., *ibid.*, pp. 40-41), ouvimos políticos referirem-se aos habitantes de uma determinada unidade de governação como *nós* (id., *ibid.*, pp. 97-98 e 115), ou *nos* exaltamos com o êxito de uma selecção nacional (id., *ibid.*, pp. 119-122). Envolve a produção de estereótipos colectivos sobre os próprios — nós — e

---

<sup>14</sup> Em 1972, os resultados de um estudo levado a cabo na então República Federal Alemã mostraram que 34% dos inquiridos não faziam a mínima ideia de como *definir* ou *descrever* a nação (referido em Hobsbawm, 1994, pp. 189-190); mas também só 71% se teriam aventurado a exprimir uma opinião sobre o «Estado». Não sustentaria, a partir desta constatação, que não houvesse uma *identidade nacional* alemã partilhada pelo conjunto da população. Antes, que os não especialistas não eram capazes de elaborar uma representação *abstracta* da nação alemã. Como o próprio Hobsbawm sublinha, os resultados do dito estudo não significavam que os alemães tivessem deixado de se pensar a si próprios como alemães, embora estivessem incertos quanto às implicações desse facto.

os estrangeiros — os outros (id., *ibid.*, pp. 78-79) — e um certo sentido da evolução de uma comunidade no tempo, proporcionado pela história.

Montserrat Guibernau, por seu lado, aponta como critérios de definição da identidade a continuidade no tempo e a diferenciação face aos outros, sendo ambos elementos fundamentais da identidade nacional (Guibernau, 1997, p. 83). Encontramos uma formulação algo distinta que engloba estes critérios na proposta de modelo de análise da construção das identidades colectivas apresentada por Eisenstadt e Giesen. Estes autores sublinham como elementos fundamentais a «construção social de fronteiras» e o facto de a elaboração desses limites ser acompanhada por «códigos simbólicos de distinção», afirmando que o núcleo de todos os códigos de identidade colectiva é formado pela distinção entre «nós» e os «outros» (Eisenstadt e Giesen, 1995, pp. 74-76)<sup>15</sup>.

A formação do Estado português permitiu a existência plurissecular de um colectivo definido pelas suas fronteiras — mesmo que o significado das mesmas tenha variado — e linguisticamente unificado<sup>16</sup>. A acção do Estado — ou da unidade de governação medieval —, justamente valorizada por Mattoso, como por diversos analistas do nacionalismo, será de importância decisiva. Desenvolve-se um aparelho burocrático — e um corpo de funcionários identificados com o Estado — que irá submeter ao seu domínio diferentes esferas da vida social. A existência de um centro político, do qual dimana uma regulação jurídico-administrativa uniformizadora, tem forçosamente efeitos sobre o conjunto dos subordinados. E terá havido no século XVI «[...] um primeiro grande esboço de um sistema de administração burocrática, bem manifestado pela instituição daquilo que virão a ser os grandes corpos do Estado» (Maltez, 1998, p. 395): a criação da Mesa de Consciência, o Conselho Geral do Santo Ofício, a reforma do Desembargo do Paço, etc. Promulgam-se medidas que contribuem para a unificação dos comportamentos na esfera económica — uniformização dos pesos e medidas (id., *ibid.*) —, instituem-se procedimentos legais uniformizadores — as Orde-

---

<sup>15</sup> V., igualmente, a respeito da elaboração de definições de *nós* e *eles* na «imaginação da nação», Michael Billig, «Socio-psychological aspects of nationalism: imagining ingroups, others and the world of nations», 1997.

<sup>16</sup> Vale a pena recordar, a propósito da formação do colectivo português, a definição por Frederick Barth do grupo étnico como categoria de «atribuição» que se identifica — e é identificada por outros — como distinta. A continuidade de grupos deste tipo dependeria da manutenção de delimitações/fronteiras (*boundaries*). Embora o autor esteja a tratar genericamente de uma definição organizacional de grupo étnico, e não propriamente de grupos nacionais, e não pense que as delimitações tenham de ter necessariamente um carácter territorial, as suas propostas são de enorme relevância para uma análise da formação de identificações sócio-culturais e do próprio papel das fronteiras territoriais nas mesmas [cf. «Introduction», in Frederick Barth (ed.), 1969].

nações — e esse processo de unificação de um colectivo submetido ao aparelho jurídico e administrativo abrange a submissão ao serviço militar — através sobretudo da rede das Ordenanças, que data do século XVI — e à própria crença religiosa que o Estado impõe como única legítima. O Estado inter-vém tanto na esfera económica como na vida familiar: pela instituição, neste último caso, de disposições como as relativas à sucessão, por exemplo. Por isso, devemos considerar o seu impacto uniformizador, mesmo que seja claro que estamos a falar de um conjunto de instituições incontestavelmente menos poderosas do que os Estados contemporâneos<sup>17</sup>. Como afirma Bourdieu, referindo-se ao papel do Estado, e prolongando avaliações anteriores (Hertz, 1966 [1944]): «[...] através dos sistemas de classificação (de acordo com o sexo e a idade, principalmente) que estão inscritos no direito, nos procedimentos burocráticos, nas estruturas escolares [...] o Estado molda as estruturas mentais e impõe princípios de visão e de divisão comuns, formas de pensamento [...] contribuindo por esse modo para construir aquilo a que se chama habitualmente a identidade nacional — ou, numa linguagem mais tradicional, o carácter nacional» (Bourdieu, 1994, pp. 114-115)<sup>18</sup>. Esta concepção está em clara sintonia com o modo como Billig concebe a reprodução do nacionalismo no quotidiano, como algo que nem sequer é visto como tal, nas sociedades marcadas pela existência do Estado-nação. Defende-se aqui a perspectiva de que muitas das suas ideias, antes mencionadas, se podem aplicar a um tempo anterior à época contemporânea, nomeadamente à produção de identidades que acompanha a própria construção do Estado moderno, como Maravall propôs.

Na análise do desenvolvimento de sentimentos nacionais — contemplando, em graus diferentes, um papel para o Estado — poderemos incorporar contributos de autores tão diferenciados como Mann, que valoriza o papel da militarização no Antigo Regime, Anderson, com o relevo dado à produção impressa em vernáculo no âmbito de unidades político-administrativas, ou ainda Gellner, no que diz respeito à homogeneização cultural envolvida na industrialização das sociedades.

---

<sup>17</sup> António Hespanha apresenta uma imagem da distribuição de poder em Portugal no século XVII em que a centralização é ainda relativamente fraca (Hespanha, 1986) e constata a distância entre as elites (letradas) e a massa da população. Porém, apesar de ponderáveis os seus argumentos quanto ao maior ou menor impacto do processo de centralização, julgamos que eles não põem em causa o desenvolvimento de sentimentos de identificação com o *nacional*, dos quais a xenofobia popular anticastelhana, que refere, é elemento fulcral.

<sup>18</sup> Bourdieu está a pensar no papel do Estado na formação do *habitus* (nacional) — matriz orientadora da acção, resultante da incorporação não consciente de esquemas de percepção e de classificação. A caracterização de um *habitus* nacional alemão, para entender a emergência do nazismo, foi feita por Norbert Elias (1996 [1989]).

Regressemos a Portugal. O estado dos séculos XVIII ou XIX não é algo idêntico ao dos séculos XV ou XVI. Mas a própria formação da nação deve ser entendida em termos processuais e no caso português — como em outros — como dependente do Estado. Se acabámos de observar alguns elementos fundamentais de desenvolvimento de identidade — continuidade e diferenciação — ligados ao próprio do Estado, não encontraremos atitudes denotadoras de uma identidade colectiva entre os súbditos — «populares» — desse mesmo Estado?

Poderemos tentar detectá-las em acontecimentos que Mattoso singulariza como momentos do «processo de categorização da identidade nacional»: as lutas contra Castela em finais da Idade Média, que define como «guerras nacionais», ou as guerras que se seguiram ao triunfo da conspiração de 1640, o sebastianismo popular, os levantamentos subsequentes à ocupação francesa a partir da invasão de Junot. O mesmo autor sublinha a possibilidade de o envolvimento da população na empresa imperial ter contribuído para esse processo, promovendo a auto-identificação entre os oriundos do território nacional e a sua diferenciação face aos outros (Mattoso, 1998, pp. 18-20).

A crise dinástica de finais do século XIV terá provocado um exacerbado anticastelhanismo popular (Saraiva, 1965, 1993). Embora muito do que saibamos a este respeito tenha como fonte os escritos de um cronista legitimador da nova dinastia — Fernão Lopes — e não possamos conceber a sua narrativa sem ter em conta essa sua posição e o seu «patriotismo», ainda assim o seu texto é revelador da possibilidade da existência de sentimentos, na época e nos meios populares, que enuncia como *amor da terra e afeição natural*. Sentimentos que convoca para explicar as adesões à causa do Mestre de Avis, o *Evangelho português* (Lopes, 1990 [século XVI, pp. 133-134 e 340]). Segundo António José Saraiva, o nome do reino — Portugal — e o nome colectivo de portugueses indicam a identificação de uma entidade social territorializada. Aliás, também em Fernão Lopes surgem testemunhos de «estereótipos identitários», em que os castelhanos surgem identificados com o que é falso (Saraiva, 1993, p. 231, e 1965). Castelhanos esses, membros de uma *nação contrária* (Lopes, 1990, p. 28).

A conjuntura da dominação filipina e da luta da Restauração terá exacerbado sentimentos de forte orgulho etnocêntrico (Saraiva e Lopes, s. d., p. 475). É no âmbito do anticastelhanismo e do sentimento de uma identidade própria que se deve situar a crença sebástica. O sebastianismo é, por se referir a um rei português, um factor importantíssimo de identificação. Tanto mais que na representação messiânica desse rei que desapareceu e há-de regressar se insere uma ligação do destino de Portugal a uma missão da Providência divina, que não se pode desligar da expansão imperial do século XVI, e que um padre António Vieira prolonga no século XVII, interpretando antigas profecias em função do novo poder e do novo monarca. O sebastianismo teve uma dimensão popular, embora tivesse igualmente crentes na elite

(Azevedo, 1947)<sup>19</sup>. E a luta de décadas das guerras da Restauração, subsequente ao golpe dirigido por uma facção da aristocracia, que representou um sacrifício fortíssimo para a população, só pode ser cabalmente entendida se pensarmos que havia laços de solidariedade suficientemente fortes entre o comum de uma população que se via como portuguesa e logo anticastelhana.

O historiador Reis Torgal, embora se debruce em particular sobre o papel das elites e da ideologia no período da Restauração, não deixou de falar na existência de uma «consciência nacional» e assinalou mesmo que o nacionalismo estaria vivo «quer nas tradições populares, quer nas obras dos intelectuais» (Torgal, 1981, p. 77). O autor parece conferir a este nacionalismo, como se deduz da sua obra, o sentido de um sentimento etnocêntrico e a reivindicação de independência política de um reino que tem subjacente uma identidade própria, e não o de uma ideologia política ulterior — um entendimento próximo do de Hastings para o período anterior à génese da *teoria política* nacionalista no século XIX, a que atrás se fez menção. Torgal revela haver sentido «nacional» nas movimentações populares, associado, sem dúvida, como genericamente em todos os movimentos nacionalistas, a outras motivações (conflito social, protesto antifiscal) (Torgal, 1984). A xenofobia — o ódio ao castelhana/espanhol — é uma característica das movimentações populares no período filipino, como se menciona nos estudos de António de Oliveira (Oliveira, 1990). O comportamento xenófobo deve ser visto, à luz da concepção de identidade nacional que defendemos — que insiste na importância da oposição nós/outros, no *etnocentrismo* —, como indício da mesma, e não como algo essencialmente distinto. Aliás, sendo a definição do «outro» um elemento indissociável da identificação do que é próprio, o castelhana/espanhol foi o mais relevante, no caso português, de entre os vários «significantes outros» que entram na constituição, pelo confronto, das identidades nacionais (Triandafyllidou, 1998).

Estes elementos autorizam-nos a falar na partilha de uma identidade. Esta identidade estaria vinculada à ideia de uma co-naturalidade (portugueses), ao reconhecimento de uma ligação tida como natural e inquestionável entre território<sup>20</sup>, língua, habitantes, nomes — Portugal, portugueses —, um rei. Uma identidade *prática*, no sentido de Bourdieu (1997), pois a sua génese situa-se na experiência incorporada do facto de se estar inserido num colec-

---

<sup>19</sup> O sebastianismo é uma manifestação portuguesa da crença medieval no suserano desaparecido — morto ou oculto — que havia de regressar para inaugurar uma nova era de acordo com o que se definia como a verdadeira doutrina cristã. Os movimentos sociais de carácter messiânico em que surge mostram uma sólida identificação entre esse suserano e um colectivo — nomeadamente as camadas pobres — identificado com um território e uma entidade política, tal como sucede no caso do sebastianismo (cf. Norman Cohn, 1972 [1961], pp. 75-134).

<sup>20</sup> Mesmo sem uma concepção abstracta da espacialidade do mesmo, como totalidade, apenas disponível para quem lidasse com instrumentos cognitivos como mapas, corografias, etc.



tivo. Algo bem distinto da reflexão ou da explicitação discursiva sobre o *nacional*, que apenas é absorvida pelos círculos restritos do saber escrito. Uma identidade que corresponde ao que é *vivido*, *sentido* e *querido* — e durante longos períodos —, muito mais do que imaginado ou descrito (Smith, 2000, p. 59). Uma identidade construída materialmente e propagada em símbolos, como as armas de Portugal — ou a moeda —, símbolos identificadores que mantêm um enorme poder apelativo no contexto da luta contra a ocupação francesa em inícios do século XIX<sup>21</sup>.

Sem pretensões à exaustividade, podemos descrever os processos complexos de emergência e consolidação de uma identidade nacional portuguesa em algumas fases, que ocorrem em grandes planos temporais, muito embora se deva ter em conta o facto de haver sobreposições e articulações entre os fenómenos nelas referenciados. Apesar das similitudes com o sucedido noutros locais, esta visão esquemática diz apenas respeito ao caso português:

- a) Emergência histórica no período medieval de uma entidade com características próprias — como nome da entidade e dos habitantes, uma dinastia nativa, língua e território<sup>22</sup>. Surgem as primeiras manifestações de identificação com esse colectivo;
- b) Elaboração pelas elites de narrativas referentes a essa entidade, nomeadamente a partir do século XVI, onde se procuram objectivar características *nacionais*. Estuda-se e codifica-se a língua (na *Gramática* de Fernando de Oliveira, de 1536, por exemplo). Divulgam-se mitos de ascendência,

---

<sup>21</sup> Diga-se que os testemunhos que se podem recolher nomeadamente em historiadores contemporâneos dos factos apontam para semelhanças entre as movimentações populares do período da Restauração e as de princípios do século XIX: identificação com as armas do reino, defesa de um príncipe daqui natural, ódio a colaboracionistas, reais ou supostos, crença sebástica, etc. (v., a este respeito, a obra de D. Luís de Meneses, conde da Ericeira, 1679, e José Acúrsio das Neves, 1810-1811. José Mattoso (1985, II, p. 201) havia chamado a atenção para o facto de a difusão das armas reais nos séculos XIII-XIV preparar o caminho «para a projecção do símbolo do rei sobre a própria nação».

<sup>22</sup> Para Mattoso, a ideia de «reino» «como substantivo que designava os cidadãos como um todo» foi «um complemento importante da identidade nacional», embora avance que para as classes populares podia implicar apenas uma noção territorial (Mattoso, 1998, pp. 24-25). A medievista britânica Susan Reynolds, ao abordar os reinos medievais da Europa ocidental (para ela, um elemento crucial na formação de laços colectivos na época), refere a existência nos mesmos de sentimentos de solidariedade e de lealdades que ultrapassam horizontes locais para terem como referente o reino, solidariedades estimuladas pelo conflito, e que se entendia que «[...] um reino nunca era pensado meramente como um território por acaso governado por um rei. Compreendia um ‘povo’ (*gens, natio, populus*) a que correspondia, o qual se pressupunha ser uma comunidade natural e herdada de tradição, costume, lei e descendência» (cf. Susan Reynolds, 1997 [1984], p. 250). Refiro aqui estes elementos como informação comparativa para o caso português, e não, por certo, como algo que substitua os estudos feitos sobre o mesmo (o reino de Portugal não é abordado na obra).

como o da inserção dos portugueses na linhagem de Noé, destinados a ilustrar a antiguidade e carácter ilustre do reino ou dos seus habitantes, tal como sucedia noutros locais. Elaboram-se narrativas míticas sobre o reino de Portugal e os portugueses, como na *História de Portugal*, de Fernando de Oliveira (redigida posteriormente a 1581), que refere a linhagem bíblica e exalta a autonomia de Portugal, tornando o reino anterior e independente das histórias leonesa e castelhana. São temas que surgem noutras obras — como na *Monarquia Lusitana*, parte primeira, de frei Bernardo de Brito (1597) — norteadas pela exaltação do que é próprio e em confronto sobretudo com o estrangeiro (castelhano/espanhol) (Albuquerque, 1974; Franco, 2000). Reproduzem-se estereótipos sobre o carácter enaltecidos dos portugueses, etc. (Albuquerque, 1974, pp. 217-250; Bethencourt, 1991; Franco, 2000). Fala-se já em *pátria* ou «nação» para designar essa entidade, embora o sentido de um termo como nação também varie historicamente; a «invenção de tradições» acompanha a criação dessa entidade muito antes da época considerada clássica do nacionalismo — século XIX<sup>23</sup>. Tem lugar a consolidação da imagem do *Estado* como *nação*.

No processo complexo de construção de uma identidade nacional conjugam-se dimensões internas<sup>24</sup> de classificação própria com dimensões externas, ou seja, autodefinições do que é ser-se português, por exemplo, com categorizações procedentes do estrangeiro quanto ao que é ser-se português. Trata-se de caracterizações conflituosas, que se interpelam e revelam como a formação de uma identidade nacional, como a portuguesa — como qualquer outra —, é parte de um processo mais geral de formação de nações.

Para além da produção erudita, existem formas de experiência de uma identidade colectiva entre os que não constituem elite (nobilíarquia, clerical, letrada, burocrática): os que designamos como «populares». Essas formas de experiência, ou de prática — cuja existência já está documentada para os fins do período medieval —, implicadas no processo de identificação, incluem as da guerra e da mobilização colectiva (Bloom, 1990, pp. 66-67), identificações com símbolos que podem ser personagens individuais (id., *ibid.*, p. 61) — como os monarcas —, bem

---

<sup>23</sup> O papel das «invenções» na criação das nações foi muito sublinhado por Hobsbawm, por exemplo [cf. Eric Hobsbawm, «Introduction: inventing traditions», in Eric J. Hobsbawm e Terence Ranger (eds.), 1983]. Sobre o papel do «complexo mítico-simbólico» na fundamentação das identidades étnico-nacionais europeias, nomeadamente o lugar nas mesmas da linhagem de Noé e os processos de «invenção», v. Colin Kidd (1999), Jon Juaristi (2000) e Julio Caro Baroja (1992). Sobre a evolução da historiografia na Península e suas criações/invenções genealógicas ligadas à evolução histórica da mesma, com algumas referências à situação portuguesa, do período medieval ao século XVI, v. Diego Catalán (1982).

<sup>24</sup> V., a respeito do papel inter-relacionado das dimensões *interna* e *externa* na construção de identidades, Richard Jenkins (1994).

- como a formação de estereótipos ao nível da identidade: «nós» e «eles». São formas constitutivas daquilo que, nas palavras de Eric Wolf, consitui as «asserções humildes de identidade» (Wolf, 2001 [1954], p. 356);
- c) Difusão e inculcação das representações intelectualizadas da nação, produzidas logicamente por uma minoria. É um processo lento, acompanhado por fenómenos inter-relacionados, como o desenvolvimento do aparelho de Estado, envolvido de modo crescente na vida das populações, do sistema educativo, dos meios de comunicação, da própria unificação económica, que tem lugar com o desenvolvimento do capitalismo. Estaremos igualmente perante procedimentos de construção de uma identidade nacional pelo(s) nacionalismo(s), pela via do discurso, dos rituais comemorativos, da preservação de dispositivos mnemónicos de uma dada memória — os monumentos — (Ramos, 1994), etc. Este processo conhece um grande incremento a partir do século XIX, sobretudo em finais do mesmo. Haverá um envolvimento total do Estado, cuja legitimidade assenta na nação, na reprodução de uma identidade nacional.

A emergência de uma entidade política identificável e identificada como portuguesa — e a produção de caracterizações discursivas que lhe dizem respeito — a partir do período medieval parece-nos assegurada em bases sólidas pela historiografia portuguesa. Note-se que são processos posteriores à existência de uma unidade política, sendo do mesmo modo componente e resultado de um processo limitado de unificação cultural que opera, por exemplo, ao nível linguístico, com a génese do português como língua distinta e específica dos habitantes do reino. Essa língua é «o antigo galego-português do Norte transformado entre a Idade Média e o século XVI por efeito do «substrato» dos falares moçárabes do Sul» (Teyssier, 1991, pp. 17-25).

É extremamente difícil conhecer o comportamento e as representações dos meios «populares». Deve-se dizer que sob esta designação estaremos a designar grupos heterogéneos em termos sociais e culturais — de jornaleiros iletrados a proprietários com conhecimento da leitura e da escrita, de rurais a urbanos — e com relações distintas com o universo letrado. No entanto, podemos partir do pressuposto de que, em geral, os meios «populares» não partilhavam o mesmo tipo de representações dos que procuravam objectivar na escrita características de uma pátria ou nação, que não poderiam conceber do mesmo modo que aqueles que podemos definir como profissionais da objectivação. As fontes, provenientes da elite, conferem-lhes, em geral, em tempos mais distantes dos nossos, um papel reduzido<sup>25</sup>. Porém, mesmo assim, afigura-se-nos que as suas atitudes revelam a

---

<sup>25</sup> A história da Restauração de D. Luís de Meneses, conde da Ericeira, é reveladora. As camadas populares têm um papel discreto. Mas, ainda assim, relata episódios sintomáticos de anticastelhanismo

percepção de constituírem um colectivo mais amplo do que o de outras identidades em que também se reconheciam (como as locais)<sup>26</sup>. Só assim é possível compreender que se tenham mobilizado em guerras ou revoltas arriscadas e custosas. Aliás, já foi referido que um critério para se aferir do sucesso de um processo de construção da nação reside no facto de tanto os conflitos internos como os conflitos com o exterior não porem em causa a existência dessa entidade (Bloom, 1990, p. 58), o que se verificou em Portugal. O comportamento xenófobo das camadas populares deve ser visto como uma das formas concretas de se identificarem como parte de um colectivo nacional. Deve também ter-se em conta a possibilidade da existência de um processo de divulgação de representações originárias da elite letrada referentes à *nação* em meios populares. A acção de mediadores tão importantes como o clero deve ser considerada sobretudo quando lidamos com uma igreja altamente organizada como a pós-tridentina. Recorde-se que se deve ao clero a criação da maior das «comunidades imaginadas» na Europa — a cristandade — e não será por acaso que a sua acção é tão importante no apoio à Restauração e nos levantamentos contra os franceses<sup>27</sup>. Mas no processo de criação de uma identidade

---

popular, detectável, por exemplo, no modo como foi acolhida a conjura fidalga do 1.º de Dezembro ou no aplauso dado à liquidação de membros da nobreza acusados de pró-castelhanos, etc. É elucidativo o facto de o mesmo autor afirmar serem os habitantes de Barrancos, povoação fronteiriça incendiada pelas tropas portuguesas como punição da falta de vontade dos seus habitantes em defenderem Moura, denominados como «genízaros» pelos outros alentejanos; a razão de tal nome dever-se-ia ao facto de terem «partido o idioma português com a língua castelhana». Trata-se de uma referência aos *janízaros*, uma milícia de elite turca constituída em grande medida por jovens cristãos capturados e islamizados, insinuando-se deste modo um carácter dúplice. Mas este dado é significativo de várias maneiras: ilustrará a produção «popular» de estereótipos relacionados com o domínio do *nacional*; revela a penetração local de informação «internacional», como a relativa à milícia turca; mostra que a língua é tida como um elemento estruturante da identidade, como o postularão teóricos do nacionalismo, sendo um falar específico que parece ter um carácter dual, com aspectos do português e do castelhano, tido como indício de um carácter dúplice (cf. D. Luís de Meneses, conde da Ericeira, 1679, I, p. 217); v., sobre a ligação entre falares e identidade, Hertz (1966 [1944]), p. 78.

<sup>26</sup> Num estudo de antropologia (Silva, 1999) feito na actualidade em duas aldeias da fronteira luso-espanhola (uma portuguesa, outra espanhola) vizinhas e com amplas relações, o autor sublinha a existência entre os habitantes (da aldeia portuguesa) de uma concepção etno-genealógica que enfatiza costumes, tradições, dados de psicologia étnica (estereótipos sobre os nacionais e os outros), raciais, língua, ascendência comum. Mostra igualmente como se opera uma construção de identidade nacional relacional — definida em relação ao *outro* espanhol — no quotidiano através de múltiplos estereótipos — incidem sobre a festa, mulheres, comida, etc. — e que esta não é redutível a uma concepção dos agentes locais como meros destinatários do discurso de elites nacionalistas. Por isso, embora os contextos sejam bem distintos, pode servir-nos de guia para procurar processos deste teor no passado.

<sup>27</sup> V., a este respeito, dois textos de João Francisco Marques, ambos de 1991. Um refere-se à pregação patriótica no contexto da Restauração, o outro à intervenção eclesiástica contra os franceses.

histórica colectiva que abrangesse todos os portugueses devem igualmente incluir-se as celebrações e cerimónias comemorativas que subsistiram, aliás, até ao século XIX, como a procissão comemorativa da batalha de Toro e a comemorativa da batalha de Aljubarrota, ainda realizada em 1820, como refere Francisco Bethencourt. Ou ainda as celebrações relativas à família real — casamentos, morte, nascimentos, etc. —, que, como lembra o mesmo historiador, embora se inscrevam «num quadro de dependência entre o senhor e os seus súbditos», não deixam de «ter dimensões simbólicas evidentes de representação da comunidade histórica e de integração dos povos sob a mesma tutela» (Bethencourt, 1991, p. 478).

A difusão de uma propaganda cultural nacionalista, assegurada a partir dos finais de Oitocentos por meios de uma influência histórica sem paralelo — a começar pelos estatais —, não terá logrado produzir algo que pudéssemos conceber como uma consciência nacional homogénea — e uma homogeneidade detectável no plano do discurso — entre os diversos sujeitos de uma nação. No passado ainda menos. As nações, aliás, nunca foram culturalmente homogéneas (Hutchinson, 2001, pp. 83-84). Por isso, pensamos ser mais adequado pensar a identidade nacional como o conjunto de processos diferenciados — e diversos, consoante as classes e grupos sociais — pelos quais as pessoas se identificam com um colectivo cultural que transcende os seus universos imediatos de interacção. Processos que devem ser analisados tendo em conta a sua ancoragem no tempo e no espaço. As identidades não são algo de estático, mas sofrem rearranjos e mutações (Wolf, 2001, p. 354). Conjunturas específicas, como as de conflito interestatal, devem ser articuladas com a manutenção de estruturas de longa duração para compreender como é que a identificação com uma nação — um produto da história — se torna algo da ordem do *natural*.

## CONCLUSÃO

Não poderíamos fazer aqui uma genealogia do processo de formação da nação em Portugal, nem muito menos proceder a um sumário das diversas e conflituosas tentativas de definir uma *identidade nacional*. Como se afirmou de início, este trabalho pretendia evocar algumas das interpretações mais recentes da génese das nações e dos nacionalismos à luz do caso português, quase nunca focado na bibliografia que trata destes temas. Dessa literatura retirámos alguns exemplos, de entre os mais influentes e mais recentes, que divergem sobremodo na localização da emergência desses fe-

nómenos, repartindo-se basicamente em dois paradigmas: um, modernista, o outro, processual<sup>28</sup>.

Uma das versões modernistas que citámos, aliás, a do texto póstumo de Gellner (1998), já aceitava ser Portugal um dos exemplos de nações anteriores ao impacto pleno do industrialismo — algo que, de qualquer modo, só viria a ocorrer no nosso caso no decurso do século XX<sup>29</sup>. Mas pode acrescentar-se que julgamos ter elementos para afirmar que a nação portuguesa é o «precipitado de um longo período histórico que remonta à Idade Média» (Llobera, 1994, p. 219), como o demonstram os trabalhos de Albuquerque e de Mattoso, e que os impactos da relação capitalismo/literacia (Anderson) ou do desenvolvimento do estado militarista moderno (Mann) incidem sobre um colectivo onde já existiam formas de identificação com o que entretanto era criado como *nacional*.

As análises processuais parecem adequar-se melhor à explicação do caso português, o de uma nação a fazer-se ao longo de vários séculos, sendo a existência de um Estado um elemento nuclear desse processo. Os elementos da constituição da nação como «visão imaginativa» (Llobera) encontram-se presentes desde o período medieval e é possível discernir no colectivo português pré-moderno, de modo crescente, ao longo da sua história, atributos que alguns autores (Smith, Hastings) veriam como os de uma etnia. Aliás, a ideia de Smith do alargamento de uma consciência étnica a partir de um núcleo — para ele, aristocrático, no caso português, segundo Mattoso, monárquico-elesiástico, — que submete a população a processos de *incorporação burocrática* e *mobilização vernacular*, parece adequar-se, ao menos em traços amplos, ao caso português. Não se trataria, como é óbvio, de uma etnia anterior à constituição de uma entidade política portugalense/portuguesa, antes de um produto da mesma, em que se vão agregando populações outrora distintas, como as gentes do Norte, os moçárabes do Centro e Sul e outros<sup>30</sup>. Todavia, não se procura neste texto validar elementos específicos da sua teoria. Antes, deseja-se retomar da sua proposta a revalorização das dimensões pré-modernas e dos aspectos processuais na génese das nações e do nacionalismo. O caso português, em nosso entender, mostra a correcção genérica da abordagem em que a sua interpretação se insere.

---

<sup>28</sup> Entre outros autores recentes que valorizam os contributos pré-modernos, com maior ou menor relevo, citem-se Guy Hermet (1996), Pierre Fougeyrollas (1987) e Hagen Schulze (1996) e, entre os clássicos, Pierre Vilar (1976 [1962]).

<sup>29</sup> Nos anos que precederam a grande guerra de 1914-1918, cerca de 60% da população activa portuguesa estavam ainda ocupados no sector agrícola; em 1913, decorrido mais de meio século de industrialização, o valor da produção agrícola representava cerca do dobro do valor da produção industrial (Lains, 1995, p. 155).

<sup>30</sup> Para o período medieval, v. Mattoso (1985), I, pp. 311-332.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Martim de (1974), *A Consciência Nacional Portuguesa*, Lisboa, ed. do autor.
- ANDERSON, Benedict (1983), *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*, Londres, Verso.
- ARMSTRONG, John A. (1982), *Nations before Nationalism*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press.
- AZEVEDO, J. Lúcio de (1947 [1918]), *A Evolução do Sebastianismo*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- BAROJA, Julio Caro (1992), *Las Falsificaciones en la Historia*, Barcelona, Seix Barral.
- BARTH, Frederick (1969), «Introduction», in F. B. (ed.), *Ethnic Groups and Boundaries*, Londres, George Allen and Unwin.
- BETHENCOURT, Francisco (1991), «A sociogénese do sentimento nacional», in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (orgs.), *A Memória da Nação*, pp. 473-503, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- BILLIG, Michael (1997), «Socio-psychological aspects of nationalism: imagining ingroups, others and the world of nations», in Keebet von Benda-Beckman e Maykel Verkuyten (eds.), *Nationalism, Ethnicity and Cultural Identity in Europe*, Utreque, European Research Centre on Migration and Ethnic Relations, Universidade de Utreque.
- BILLIG, Michael (1997 [1995]), *Banal Nationalism*, Londres, Sage.
- BLOOM, William (1990), *Personal Identity, National Identity and International Relations*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BOURDIEU, Pierre (1994), *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*, Paris, Éditions du Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (1997), «La connaissance par corps», in *Méditations pascaliennes*, Paris, Éditions du Seuil.
- BUESCU, Ana Isabel (1987), *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano*, Lisboa, INIC.
- CASTELLS, Manuel (1997), *The Power of Identity*, vol. II de *The Information Age: Economy, Society and Culture*, Oxford, Blackwell.
- CATALÁN, Diego (1982), «'Introducción' a Ramón Menéndez-Pidal», in *Los Españoles en la Historia*, Madrid, Espasa-Calpe.
- CATROGA, Fernando (1998), «'Positivistas e republicanos' e 'História e ciências sociais em Oliveira Martins'», in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Temas e Debates.
- COHN, Norman (1972 [1961]), *En Pos del Milenium: Revolucionarios Milenaristas y Anarquistas Místicos de la Edad Media*, Barcelona, Barral Editores.
- CONNOR, Walker (1994), *Ethnonationalism: the Quest for Understanding*, Princeton, Princeton University Press.
- DEUTSCH, Karl W. (1966 [1953]), *Nationalism and Social Communication: an Inquiry into the Foundations of Nationality*, Cambridge, Massachusetts, The MIT Press.
- EISENSTADT, Shmuel Noah, e GIESEN, Bernhard (1995), «The construction of collective Identity», in *Archives européennes de sociologie*, xxxvi, pp. 72-102.
- ELIAS, Norbert (1996 [1989]), *The Germans*, Cambridge, Polity Press.
- FOUGEYROLLAS, Pierre (1987), *La nation: éssor et déclin des sociétés modernes*, Paris, Fayard.
- FRANÇA, José-Augusto (1974), *O Romantismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte.
- FRANCO, José Eduardo (2000), *O Mito de Portugal: a Primeira História de Portugal e a Sua Função Política*, Lisboa, Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey/Roma Editora.
- GELLNER, Ernest (1983), *Nations and Nationalism*, Oxford, Blackwell.
- GELLNER, Ernest (1998), *Nationalism*, Londres, Phoenix.
- GOODY, Jack (1977), *The Domestication of the Savage Mind*, Cambridge, Cambridge University Press.

- GOODY, Jack (2000), *The Power of the Written Tradition*, Washington e Londres, Smithsonian University Press.
- GUIBERNAU, Montserrat (1997), *Nacionalismos: o Estado Nacional e o Nacionalismo no Século XX*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- GUIBERNAU, Montserrat (2001), «Globalization and the nation-state», in Montserrat Guibernau e John Hutchinson (eds.), *Understanding Nationalism*, Cambridge, Polity Press.
- HASTINGS, Adrian (1997), *The Construction of Nationhood: Ethnicity, Religion and Nationalism*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HAYES, Carlton J. H. (1963 [1931]), *The Historical Evolution of Modern Nationalism*, Nova Iorque, The Macmillan Company.
- HERCULANO, Alexandre (1980 [1846]), *História de Portugal*, t. 1, Lisboa, Livraria Bertrand.
- HERMET, Guy (1996), *Histoire des nations et du nationalisme en Europe*, Paris, Éditions du Seuil.
- HERTZ, Friedrich (1966 [1944]), *Nationality in History and Politics: a Psychology and Sociology of Nationalism*, Londres, Routledge and Kegan Paul.
- HESPAÑA, António M. (1986), *As Vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político, Portugal — Século XVII*, Lisboa, ed. do autor.
- HOBBSAWM, Eric J., e RANGER, Terence (eds.) (1983), *The Invention of Traditions*, Oxford, Oxford University Press.
- HOBBSAWM, Eric J. (1994 [1990]), *Nations and Nationalism since 1780*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HUTCHINSON, John (2001), «Nations and culture», in Montserrat Guibernau e John Hutchinson (eds.), *Understanding Nationalism*, Cambridge, Polity Press.
- JENKINS, Richard (1994), «Rethinking ethnicity: identity, categorization and power», in *Ethnic and Racial Studies*, vol. 17, n.º 2, pp. 197-223.
- JUARISTI, Jon (2000), *El Bosque Originario*, Madrid, Taurus.
- KANTOROWICZ, Ernest (1984 [1951]), «Mourir pour la patrie (*pro patria mori*) dans la pensée politique médiévale», in *Mourir pour la patrie*, Paris, PUF.
- KIDD, Colin (1999), *British Identities before Nationalism. Ethnicity and Nationhood in the Atlantic World (1600-1800)*, Cambridge, Cambridge University Press.
- KOHN, Hans (1945), *The Idea of Nationalism: a Study in its Origins and Background*, Nova Iorque, The Macmillan Company.
- LAINS, Pedro (1995), *A Economia Portuguesa no Século XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- LEAL, João (2000), *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- LLOBERA, Josep R. (1994), *The God of Modernity: the Development of Nationalism in Western Europe*, Oxford, Berg.
- LOPES, FERNÃO (1990 [século xv]), *Crónica de D. João I*, Livraria Civilização.
- MALTEZ, José Adelino (1998), «O Estado e as instituições», in João José Alves Dias (coord.), *Portugal: do Renascimento à Crise Dinástica*, vol. v de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *A Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença.
- MANN, Michael (1993), *The Sources of Social Power*, vol. II, *The Rise of Classes and Nation-States*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MANN, Michael (1994), *A Political Theory of Nationalism and its Excesses*, Madrid, Instituto Juan March de Estudios e Investigaciones.
- MARAVALL, Jose Antonio (1972), *Estado Moderno y Mentalidad Social (Siglos XV a XVII)*, vol. I, Madrid, Revista de Occidente.
- MARQUES, João Francisco (1991), «Le clergé de Porto et les invasions françaises: le patriotisme et la résistance régionale», in Centre d'Études Nord du Portugal-Aquitaine (CENPA), *L'Identité régionale: l'idée de région dans l'Europe du Sud-Ouest*, Paris, Éditions du CNRS.



- MARQUES, João Francisco (1991), «A tutela do sagrado: a protecção natural dos santos padroeiros no período da Restauração», in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (orgs.), *A Memória da Nação*, pp. 267-294, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- MATOS, Sérgio Campos (1998), *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri.
- MATTOSO, José (1985), *Identificação de Um País: Ensaio sobre as Origens de Portugal*, vol. II, *Composição*, Lisboa, Editorial Estampa.
- MATTOSO, José (1998), *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva.
- MCCRONE, David (1998), *The Sociology of Nationalism*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- MENESES, D. Luís de, conde da Ericeira (1679), *História de Portugal Restaurado*, Lisboa, Oficina de João Galvão.
- MILLER, Daniel (1997), *Sobre la Nacionalidad: Autodeterminación y Pluralismo Cultural*, Barcelona, Paidós.
- MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva (1971), *A Formação de Almeida Garrett*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos.
- MOSSE, Georg L. (1975), *The Nationalization of the Masses: Political Symbolism and Mass Movements in Germany from the Napoleonic Wars through the Third Reich*, Ithaca e Londres, Cornell University Press.
- NEVES, José Acúrsio das (1810/1811; 2.<sup>a</sup> ed., s. d.), *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, ts. I a V, Porto, Edições Afrontamento.
- OLIVEIRA, António de (1990), *Poder e Oposição Política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*, Lisboa, Difel.
- ÖZKIRIMLI, Umut (2000), *Theories of Nationalism: a Critical Introduction*, Nova Iorque, St. Martin's Press.
- PEREIRA, Ana Leonor (1992), «Raças e história: imagens nas décadas finais de Oitocentos», in *Revista de História das Ideias*, vol. 14, 347-364.
- RAMOS, Rui (1994), *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. VI da *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores.
- REYNOLDS, Susan (1997 [1984]), *Kingdoms and Communities in Western Europe 900-1300*, Oxford, Clarendon Press.
- SARAIVA, António José (1993), *As Crónicas de Fernão Lopes*, Lisboa, Gradiva.
- SARAIVA, António José (1965), *Fernão Lopes*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- SARAIVA, António José, e LOPES, Óscar (s. d.), *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora.
- SCHULZE, Hagen (1996), *État et nation dans l'histoire de l'Europe*, Paris, Éditions du Seuil.
- SILVA, Luís (1999), *Identidade Nacional: Práticas e Representações Num Contexto de Fronteira*, Lisboa, ISCTE (tese de mestrado em Antropologia, mimeo.).
- SMITH, Anthony D. (1991), *National Identity*, Londres, Penguin.
- SMITH, Anthony D. (1996), «History and modernity: reflections on the theory of nationalism», in J. Hall e I. Jarvie (eds.), *The Social Philosophy of Ernest Gellner*, Amsterdão, Rodopi, pp. 129-146.
- SMITH, Anthony D. (1998), *Nationalism and Modernism*, Londres, Routledge.
- SMITH, Anthony D. (1999), *Myths and Memories of the Nation*, Oxford, Oxford University Press.
- SMITH, Anthony D. (2000), *The Nation in History*, Cambridge, Polity Press.
- SOBRAL, José Manuel (1995), «Memória e identidades sociais — dados de um estudo de caso num espaço rural português», in *Análise Social*, vol. XXX, 2.<sup>o</sup>-3.<sup>o</sup>.
- SOBRAL, José Manuel (1996), «Nações e nacionalismo: algumas teorias recentes sobre a sua génese e persistência na Europa ocidental e o caso português», in *Inforgeo*, 11, Dezembro, pp. 13-41.
- TEYSSIER, Paul (1991), «Langues, dialectes et parlars comme éléments des identités régionales (domaine portugais, galicien, brésilien et luso-africain)», in Centre d'Études Nord du Portugal-Aquitaine (CENPA), *L'Identité régionale: l'idée de région dans l'Europe du Sud-Ouest*, Paris, Éditions du CNRS.

- TORGAL, Luís Reis (1981), *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, vols. I e II, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade.
- TORGAL, Luís Reis (1984), «Acerca do significado sócio-político da revolução de 1640», in *Revista de História das Ideias*, 6, pp. 301-319.
- TORGAL, Luís Reis (1989), *História e Ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva.
- TRIANDAFYLIDOU, Anna (1998), «National identity and the 'other', in *Ethnic and Racial Studies*, vol. 21, n.º 4, pp. 593-612.
- VILAR, Pierre (1976 [1962]), *La Catalogne dans l'Espagne moderne*, Paris, Flammarion.
- WOLF, Eric (2001), *Pathways of Power: Building an Anthropology of the Modern World*, Berkeley, Los Angeles, Londres, University of California Press.
- WORSLEY, Peter (1997), *Knowledges: What Different Peoples Make of the World*, Londres, Profile Books.